

13 MAR 1993

Opinião . 7

Este país tem jeito

PAULO CARLOS DE BRITTO

Inflação aguda, violência social, desalento da população, descon-fiança generalizada dos investidores externos e internos em relação ao nosso triste país... Será que ainda tem jeito?

Não precisa ser muito pessimista para desconfiar que o Brasil está submetido a um grave risco de destruturação social e até de suas instituições. Pelo contrário, é necessário reunir bastante otimismo para confiar que, apesar da intensidade da crise, seremos capazes de novo, como Nação organizada, de vencer as terríveis forças que atuam contra nossa recuperação econômica e social. E como se um fortíssimo vírus coletivo nos deixasse prostrados e sem forças para reagir...

Apesar de tudo, creio que o país tem jeito, e muito. Não de qualquer maneira, com qualquer plano, inventado para satisfazer os apetites populistas de um governante desesperado diante da perplexidade dele mesmo e de seus governados. Não. O país só tem jeito se pensar. Pensar antes, para agir, em seguida. Mas pensar o que ou em quê? Em primeiro lugar, na simplificação da crise às suas expressões mais simples. Característica de todo estado de crise é a confusão generalizada das idéias. Todo mundo fala sobre tudo e ninguém fala a mesma coisa. É preciso concentrar a agenda dos problemas brasileiros em poucos itens muito importantes, aqueles que influem sobre todos os demais aspectos da vida nacional, corrompendo e gerando o imenso desperdício de energia dos brasileiros e do Governo.

Um exemplo concreto: inflação. O processo inflacionário, aliás hiperinflacionário, que nos assola desde meados da década de 80, está degradando a sociedade brasileira, adoecendo os cidadãos, transformando-os em serventuários da corrupção monetária. Diversos "planos" foram tentados, alguns deles superagressivos, implicando confisco das poupanças duramente amealhadas por todos nós. Qual o resultado? Zero, nada de positivo. A razão desse desempenho sofrível está na falta de adequada reflexão, o correto diagnóstico, antes de uma ação integrada e articulada. Os fabricantes de planos heterodoxos se enganaram, e enganaram o povo, porque de fato não sabiam de onde provinha a inflação. Se o médico não sabe a origem da doença, por que tenta uma louca bateria de remédios que só intoxica ainda mais o desgraçado paciente? O país tem que pensar na inflação. Não adianta dizer que a inflação de hoje provém da inflação de ontem. Se fosse assim, ninguém conseguiria interromper um processo de inflação aguda; mas isso foi resolvido no Chile, na Bolívia, na Argentina, no México. O que nos faria menos hábeis do que eles? Nada. Tampouco é útil dizer que os preços sobem por causa dos empresários, dos oligopólios. Empresários pouco competitivos gostam de impor preços altos, o que é diferente de dizer que todos os preços sobem todos os dias. Um conceito é o do nível de preço; outro, completamente distinto, é o da aceleração persistente de todos os preços. Isto, sim, é inflação.

A moeda nacional está na origem do problema inflacionário brasileiro. A moeda nacional está prestes a acabar, morrer. As emissões excessivas de cruzeiro estão matando a confiança do povo no seu dinheiro. Essas emissões são de responsabilidade exclusiva do Governo, que hoje comanda o Banco Central. O estoque de cruzeiros em circulação representa, hoje, míseros 1,3% do PIB, algo como US\$ 5 bilhões, enquanto se supõe que o próprio dólar já tenha um estoque, em cofres e colchões brasileiros, da ordem US\$ 10 bilhões, fora os outros 40 a 50 bilhões de dólares depositados em bancos no exterior.

O que fazer? Feito o diagnóstico da inflação, ou seja, que a origem de tudo está na emissão do dinheiro falsificado, que o Governo produz, acarretando a aceleração constante de todos os preços, temos de partir para as soluções. Nossos vizinhos latino-americanos nos ofereceram várias experiências bem-sucedidas, todas elas, sem exceção, voltadas para resgatar a perdida dignidade da moeda de seu respectivo país.

Quando a degradação da moeda nacional já foi longe demais, como no caso da hiperinflação argentina, a solução extrema se justifica: uma ta-

xa de câmbio fixa entre a moeda nacional e o dólar, um valendo, cara com coroa, o que vale o outro. É a conversibilidade absoluta da moeda nacional pela estrangeira. Não precisa ser gênio para perceber os problemas associados a essa medida extrema: a rigidez do orçamento público, a inflexibilidade de câmbio prejudicando o comércio externo, o bloqueio total das reservas, e assim por diante.

A solução mexicana, por sua vez, é uma alternativa menos extrema: a da prefixação de câmbio, tarifas, salários e outros preços. Trata-se de uma espécie de acerto político entre os vários segmentos da sociedade, de irem baixando, passo a passo, o ritmo da elevação de preços, enquanto outras medidas estruturais vão sendo tomadas. Para isso dar certo, é preciso ter, como no México, um regime quase de partido único (o PRI) com amplo controle político e social. Mas o Brasil é uma sociedade muito mais ampla e diversificada, muito mais a mercado. Assim, esqueça-se a alternativa de prefixação no Brasil. Não daria certo.

O que fazer, portanto?

O Instituto Atlântico tem divulgado o esboço de um projeto nacional, cuja sigla PEC denota o seu Programa de Estabilização com Crescimento. O PEC é abrangente e articulado, por isso não teria sentido falar dessa ou daquela medida, mas, sim, apenas das ações de grande envergadura. A primeira destas é o cruzeiro estável e forte. Não há programa econômico que possa dar certo sem a prévia redefinição do regime monetário brasileiro. Mas isso não significa partir para o extremo da dolarização argentina, nem ficar trocando figurinhas numa prefixação na linha mexicana. O cruzeiro valorizado é a solução que virá com o lastro em reservas cambiais e uma Câmara de Conversão Monetária, protótipo de um futuro banco central autônomo.

Se o Governo fala com seriedade de consertar o Brasil pelo combate radical à inflação, a batalha principal será a de criar uma autoridade monetária independente das influências políticas de momento. O recente episódio de nomeação política de diretores do Banco Central foi o que detonou a crise e a demissão de um ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central. Isso é o fim da picada! Como pode haver confiança na moeda nacional em tal ambiente de incertezas?

Um projeto nacional que comece por resgatar a dignidade da moeda abre a oportunidade de se atacarem os outros problemas de grande porte. Pela ordem, com um regime do cruzeiro estável anunciado e definido, sem corte de zeros nem mudança de nome, o PEC propõe então um grande encontro de contas do setor público. A idéia nem chega a ser original. O ministro Resende acaba de conduzi-la muito bem no âmbito do setor elétrico. Mas é preciso ampliar o encontro de contas, com coragem e competência, envolvendo, a um só tempo, a União, estados, municípios, dívidas mobiliárias públicas, FGTS, INSS, PIS-Pasep, enfim, envolvendo os créditos dos trabalhadores. Mas contra quais ativos? Já sugerimos, no PEC, a mobilização dos ativos estatais num grande e maciço programa de privatização popular, onde os créditos do trabalhador brasileiro estarão na linha de frente dos compradores de ações dessas excelentes empresas brasileiras, desde que saneadas.

O que estamos dizendo? Moeda estável, encontro geral de contas, privatizações. Lateralmente, a articulação desse programa exige uma reforma tributária para valer (a fórmula de poucos impostos com alíquotas baixas é muito próxima à excelente proposta do deputado Luiz Roberto Ponte) e a efetiva liberalização da economia e do comércio exterior brasileiro.

Se o presidente da República tiver a coragem política de discutir, com sua habitual franqueza, as linhas desse projeto nacional, não tenho dúvida que sairíamos logo da crise para uma taxa de crescimento anual de, inicialmente, 3% a 4%, no instante seguinte, entre 5% e 8%, dependendo da adesão política a esses novos rumos.

O grande beneficiário dessas idéias — esta é e será a preocupação do Instituto Atlântico — é o povo brasileiro que tem pago a absurda conta da hiperestagflação. Se o povo tiver vez, o país terá jeito.

Paulo Carlos de Brito é empresário e fundador do Instituto Atlântico.